

**AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA**

Processo nº.

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no artigo 600 do CPP, apresentar

**RAZÕES DE APELAÇÃO**

ao recurso interposto, pugnando pelo seu recebimento, processamento e posterior remessa dos autos à superior instância.

LOCAL E DATA.

**DEFENSOR PÚBLICO**

# EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## COLEDA TURMA

### Eminentes Desembargadores Julgadores

### Ilustre Membro do Ministério Público

Processo nº.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL vem, na defesa de **FULANO DE TAL**, apresentar **RAZÕES** ao recurso de apelação interposto em face da sentença de fls. XX/XX-v, fazendo-o nos seguintes termos:

#### I - FATOS

O recorrente foi condenado como incurso nas sanções do **art. 147 (por três vezes), na forma do art. 70, ambos do CP (fl. 166)**, à pena de 01 mês e 12 dias de detenção, em regime inicial aberto, tendo-lhe sido concedida a suspensão condicional da pena.

Intimado da sentença, o acusado interpôs recurso de apelação (fl. XX), vindo os autos para apresentação das respectivas razões, que são apresentadas nos seguintes termos:

#### II - INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA OU CORRELAÇÃO

Conforme a exordial acusatória de fls. XX/XX-B, o acusado foi denunciado pela prática de **cinco fatos**, quais sejam: a) lesão corporal contra FULANA DE TAL; b) lesão corporal contra

FULANA DE TAL; c) vias de fato contra FULANA DE TAL; d) ameaça contra FULANA DE TAL e; e) ameaça contra FULANA DE TAL.

Na sentença de fls. XX/XX-v, a Magistrada **absolveu** o réu da prática das três primeiras condutas acima mencionadas: a) lesão corporal contra FULANA DE TAL; b) lesão corporal contra FULANA DE TAL e; c) vias de fato contra FULANA DE TAL (fl. XX/XX).

Ainda no mesmo *decisum*, condenou o acusado pelo cometimento de **três ameaças em concurso formal**, consoante se extrai do seguinte excerto:

No entanto, com relação às **ameaças praticadas contra FULANA DE TAL E FULANA DE TAL** (fls. XX/XX), entendo terem disso perpetradas em **concurso formal**, posto que, mediante uma só ação, o acusado maculou tanto a integridade psíquica da **companheira quanto das filhas delas (3 vítimas)**, razão pela qual **aplico a regra do artigo 70 do Código penal**, e majoro a reprimenda à fração de 1/5, razão pela qual fixo a pena em 01 (um) mês e 12 (doze) dias de detenção” (fl. XX; g.n.).

Ocorre que a referida condenação do recorrente pela prática de suposta ameaça contra FULANA DE TAL feriu o **princípio da congruência ou adstrição da condenação com a imputação formulada na denúncia**.

Isso porque, conforme inicialmente apontado, a Acusação **não denunciou o acusado pela prática do crime de ameaça contra FULANA DE TAL**, mas apenas contra FULANA DE TAL e FULANA DE TAL (fls. XX/XX-B).

Diversamente, contra FULANA DE TAL, o apelante fora denunciado pela prática, tão somente, do crime de lesão corporal (fls. XX/XX-B).

Dessa forma, inobservou o *decisum* recorrido a necessária correlação entre a acusação e a sentença, regra segundo a qual

**“(…) o fato imputado ao réu, na peça inicial acusatória, deve guardar perfeita correspondência com o fato reconhecido pelo juiz, na sentença, sob pena de grave violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, consequentemente, ao devido processo legal”.** (NUCCI, Guilherme de Souza; in Código de Processo Penal Comentado; ed. Forense; 15ª ed.; 2016; p. 645).

Sobre o tema, assente no STJ que:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. **AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE A DENÚNCIA E O ACÓRDÃO.** INCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 226, INCISO II, DO CP. ELEMENTAR DO TIPO NÃO NARRADA NA EXORDIAL. DECOTE DA MAJORANTE.

**1. O princípio da correlação entre a denúncia e a sentença condenatória representa, no sistema processual penal, uma das mais importantes garantias ao acusado, porquanto descreve balizas para a prolação do édito repressivo ao dispor que deve haver precisa correspondência entre o fato imputado ao réu e a sua responsabilidade penal.**

**2. É flagrante a ofensa ao referido postulado quando o Tribunal estadual faz incluir causa de especial aumento de pena não descrita na exordial acusatória.**

(...)

(AgRg no AREsp 943.422/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 04/04/2018)

No mesmo sentido, entende o TJDF:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E PELO ABUSO DA CONFIANÇA. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. DOSIMETRIA. CONCURSO FORMAL E CRIME CONTINUADO. APLICAÇÃO DE UM SÓ AUMENTO.

**1. O princípio da correlação ou da congruência, como fundamento do sistema acusatório e corolário das garantias do contraditório e da ampla defesa, impõe como baliza intransponível ao magistrado, no ato de sentenciar, obediência irrestrita à imputação formulada na denúncia.**

**2. Uma vez ausente, na peça incoativa, imputação formal da qualificadora acolhida pela sentença, sua exclusão é medida que se impõe.**

3. A violação ao princípio da correlação não implica, necessariamente, nulidade da sentença, bastando, se possível, sua exclusão da decisão impugnada.

4. Havendo tanto o concurso formal quanto a continuidade delitiva, deve ser aplicado apenas o aumento relativo ao crime continuado, considerando-se a maior pena e o número total de crimes para a eleição da fração.

5. Recurso conhecido e parcialmente provido.

(Acórdão n.1099780, 20140110305144APR, Relator: JESUINO RISSATO, Revisor: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 24/05/2018, Publicado no DJE: 30/05/2018. Pág.: 164/171)

Ante o exposto, considerando que não houve denúncia do acusado em relação ao crime de ameaça praticado em desfavor de FULANA DE TAL, pugna a Defesa pela **exclusão**, na sentença recorrida, da condenação do acusado pela prática do crime previsto no art. 147 do CP praticado contra a referida vítima.

### III - ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS: INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA

Estabelece o artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal que “**o juiz absolverá o réu**, mencionando a causa na parte dispositiva, desde **que reconheça** (...) não existir prova suficiente para a condenação”. Trata-se, consoante cediço, da positivação dos princípios do “in dubio pro reo” e do “favor rei”, segundo os quais **em caso de dúvida deve sempre prevalecer o interesse do acusado**. Ressalte-se, como consignado por TOURINHO FILHO, que, na verdade, a absolvição por falta de provas não se traduz num favor, mas numa consequência natural da ausência de prova da narrativa acusatória<sup>1</sup>.

Dessa forma, quanto ao mérito, não há nos autos provas da autoria delitiva suficientes para a condenação do acusado em relação aos crimes de ameaça praticados contra as vítimas FULANA DE TAL, FULANA DE TAL e FULANA DE TAL, consoante se passa a demonstrar.

A vítima FULANA DE TAL, em seu depoimento judicial, relatou que presenciou toda a dinâmica fática narrada na denúncia. Contou que o acusado a machucou e também a sua filha. Esclareceu que a briga começou porque o acusado queria de volta o tablete que tinha dado ao filho da vítima. O menino havia escondido o objeto porque o acusado estava vendendo as coisas da casa. Conta que ela e os filhos foram passar o réveillon na igreja, mas o acusado não quis ir, ficou na casa do vizinho bebendo, quando retornaram viram que o quarto de uma de suas filhas estava todo revirado porque o acusado estava à procura do objeto. Logo após, os vizinhos levaram comida para eles, mas a vítima e as filhas não aceitaram. Nesse momento, o acusado voltou com a comida e jogou na cara da vítima e

<sup>1</sup> TOURINHO FILHO, Fernando Costa. Código de processo penal comentado. 15 ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

suas filhas, vendo a situação, foram pra cima dele, iniciando uma luta corporal. **Disse, sem muita certeza, que o acusado, no meio da discussão, ameaçou sua filha FULNA DE TAL de morte** (mídia anexa).

A vítima FULANA DE TAL, em seu depoimento judicial, relatou que havia acabado de chegar da igreja e observou que o acusado tinha arrombado a porta de seu quarto. O acusado estava embaixo do prédio quando subiu e começou a dizer “coisas” para sua genitora. Não gostando do que viu, ela e as irmãs foram para cima dele e, assim, iniciou-se toda a discussão. Conta que não presenciou o momento em que acusado jogou farinha em sua genitora, pois estava dentro do quarto. Esclareceu que começou a participar da confusão quando viu que o acusado havia arremessado algum tipo de substância em sua genitora. Aduz que o acusado apenas deu um murro de raspão em seu rosto e não presenciou quando o acusado bateu na sua irmã FULANA DE TAL. Conta que as agressões contra a vítima FULANA DE TAL ocorreram no momento em que ela estava tentando separar a briga. Que estava todo mundo brigando com todo mundo. **Afirma que quem começou com as agressões foi ela mesma, que “se recorda mais ou menos” de ter ouvido o acusado ameaçar a vítima FULANA DE TAL, não podendo dar certeza porque nesse momento já estava no apartamento pela janela e todos estavam gritando.**

A testemunha FULANO DE TAL, em seu depoimento, relatou que é policial militar e que se recorda pouco dos fatos. Declarou que foram acionados por uma das vítimas, mas **que não presenciaram nada a respeito da agressão e da ameaça.** Apenas conduziram as partes até a 6ª DP. As partes foram ouvidas e o acusado autuado em flagrante pelas práticas de lesão corporal e de ameaça. Afirmou que o acusado estava com sinais de embriaguez. Não se recorda se as vítimas relataram para ele o que havia acontecido.

O acusado, em seu interrogatório, relatou que

não se recorda dos fatos, que no dia do suposto ocorrido misturar remédio com bebida e quando retomou a consciência já estava preso. Conta que tomava remédio controlado, pois é portador de uma doença que o faz desmaiar constantemente, mas por conta própria suspendeu o uso. Afirma que no dia do suposto ocorrido não havia feito o uso de drogas.

Finda a instrução processual e diante das provas produzidas, especialmente as declarações prestadas em juízo, é possível inferir que o órgão ministerial não logrou êxito em demonstrar a efetiva materialidade das ameaças descritas na denúncia por parte do acusado.

**Os relatos da vítima FULANA DE TAL demonstram que todos, naquele momento, estavam alterados, o que indica que as supostas ameaças podem ter sido proferidas por qualquer pessoa que se encontrava no local.**

A vítima FULANA DE TAL relatou que escutou, de longe, o acusado proferindo ameaças, pois nessa hora já se encontrava dentro do apartamento e embaixo do prédio onde todos gritavam. Nesse contexto, é possível concluir que a distância em que se encontrava a vítima não permitia que esta pudesse ouvir com clareza o que fora dito, nem tampouco quem teria dito o que na discussão.

Por fim, a testemunha FULANO DE TAL afirmou que não presenciou nenhuma ameaça e que não se recorda se as vítimas relataram alguma coisa a ele.

Diante dos depoimentos prestados pelas vítimas e pela testemunha, fica evidente que não há provas suficientes de que o réu tenha proferido as supostas ameaças.

Ressalta-se que as vítimas, em seus depoimentos, **não aparentavam ter convicção do que**



**presenciaram**, o que demonstra ausência de clareza acerca do que fora dito pelo acusado, bem como do caráter ameaçador de suas palavras.

Nesse sentido, a jurisprudência do TJDFT é firme quanto à absolvição em casos semelhantes:

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. **AMEAÇA. LEI MARIA DA PENHA.** RECURSO DO RÉU. ABSOLVIÇÃO. IN DUBIO PRO REO. RECURSO PROVIDO. **1. Havendo dúvida razoável quanto à autoria e à materialidade do delito de ameaça supostamente proferido contra a vítima, medida outra não há senão a de absolver o acusado em homenagem ao princípio in dubio pro reo.**  
2. Dado provimento ao recurso.  
(Acórdão n.1040679, 20150210016593APR, Relator: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 17/08/2017, Publicado no DJE: 22/08/2017. Pág.: 161/169)

PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **AMEAÇA.** VIAS DE FATO. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.** PRELIMINARES. NULIDADES. RETIRADA DO ACUSADO DA SALA DURANTE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. APLICAÇÃO DAS BENESSES DA LEI N. 9.099/95. REJEITADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE. INCERTEZA. NÃO COMPROVAÇÃO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.  
(...)

**3. Nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a palavra da vítima apresenta especial relevo, devendo, porém, ser firme e coerente sobre os fatos e, se possível, corroborada por outros elementos de convicção nos autos, a fim de embasar o decreto condenatório.**

**4. Diante das divergências nos depoimentos prestados pela vítima na delegacia e em Juízo, a absolvição é medida que se impõe, notadamente porque inexistente nos autos outras**

**provas da materialidade e da autoria delitivas.**

5. Recurso conhecido, preliminares rejeitadas e, no mérito, recurso provido. (Acórdão n.1051066, 20130610108132APR, Relator: CARLOS PIRES SOARES NETO 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 03/08/2017, Publicado no DJE: 04/10/2017. Pág.: 216/227)

Nesses termos, no tocante aos crimes de ameaça imputados contra as vítimas FULANA DE TAL, FULANA DE TAL e FULANA DE TAL, postula a Defesa a **absolvição** do réu, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, em respeito ao princípio *in dubio pro reo*.

#### **IV - PEDIDOS**

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna pelo conhecimento e provimento do presente recurso, reformando-se a r. sentença para que:

a) em razão da inobservância da correlação entre a condenação e a denúncia, seja **excluída**, na r. sentença recorrida, a condenação do acusado pela prática do crime de ameaça praticado em desfavor da vítima **FULANA DE TAL**; e

b) no mérito, seja o réu **absolvido** do cometimento dos crimes previsto no art. 147 do CP contra as ofendidas FULANA DE TAL, FULANA DE TAL e FULANA DE TAL, com base no art. 386, inciso VII, do CPP.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

## DEFENSOR PÚBLICO